



QUESTÕES AGRÁRIAS E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: uma análise do Assentamento Campo Verde – Microrregião do Litoral Sul Paraibano

Wellington Alves Aragão

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB

Resumo

Neste trabalho acadêmico procura-se abordar a relação existente entre a Geografia Agrária e a Educação do Campo. Para tanto, se fez algumas considerações sobre a questão agrária paraibana, expondo seus dilemas, conflitos e problemas, além de apontar o histórico problema da concentração de terras no estado e mais especificamente na Microrregião do Litoral Sul da Paraíba.

As disputas por terras nessa microrregião, que notadamente vêm se consolidando como importante polo canavieiro no estado da Paraíba, de certa forma, contribui com o agravamento das tensões entre camponeses e usineiros da região, que tendem a aumentar suas plantações de cana-de-açúcar para atender à crescente demanda do mercado nacional e internacional por etanol. Nesse cenário conflituoso entre o campesinato e o capital do agronegócio canavieiro, propõe-se uma análise sobre as questões agrárias e o papel que as escolas camponesas poderão desempenhar no tocante à formação crítica dos seus educandos.

Para essa análise, escolheu-se a escola do Assentamento Campo Verde, localizado no município de Pedras de Fogo, na Microrregião do Litoral Sul da Paraíba. Essa escola representa uma conquista de toda a comunidade assentada que, após a posse da terra, não hesitou em cobrar da Secretaria de Educação do município a construção de uma unidade escolar no próprio assentamento para que as crianças e os jovens assentados pudessem retomar seus estudos sem ter que se deslocar para a cidade ou mesmo para outra comunidade rural.

O resultado deste trabalho coletivo dos camponeses surtiu efeito, e em 2000 foi inaugurada uma escola naquele assentamento rural. Analisando-se algumas peculiaridades dessa escola, a conclusão é que a mesma se configura apenas como uma escola “*no campo*” e não “*do campo*”, conforme os escritos de vários autores que tratam do tema em questão. A proposta de escolas do campo se configura como uma conquista dos movimentos sociais ligados diretamente ao campesinato.

Nesta dissertação, expõem-se algumas contribuições teóricas que reforçam o entendimento de que a prática pedagógica e curricular de uma *Escola do Campo* é

contextualizada e tem o objetivo de valorizar a cultura camponesa em seus múltiplos aspectos. Acredita-se que a Educação do Campo tem muito a oferecer às famílias camponesas no sentido de fortalecimento dos territórios de reforma agrária e seu desenvolvimento não apenas econômico, mas social também.

Atualmente, muitas são as publicações sobre os movimentos de luta pela democratização da terra no Brasil, e na mesma proporção vem aumentando o número das publicações que abordam a temática da educação dirigida às comunidades camponesas. Ao longo de décadas o movimento de luta pela posse da terra vem intensificando-se em todo o território nacional, e paulatinamente, está havendo uma maior preocupação com o tipo de educação existente nas escolas situadas nos espaços rurais existentes no Brasil.

Tem-se percebido que a maioria das escolas no campo ainda não realizaram mudanças em suas matrizes curriculares e nem em seu modelo didático-pedagógico para se adequar à realidade em que os discentes camponeses estão inseridos, além de não reconhecer alguns casos específicos relacionados à trajetória de lutas vivenciadas por muitos educandos que militam ou militaram em movimentos sociais pela posse da terra em nosso país.

No caso mais específico, onde delimito a pesquisa sobre a Educação do Campo, destaco que durante o tempo em que atuei como docente numa escola rural tive a oportunidade de observar mais de perto a realidade da vida camponesa, mais especificamente a das crianças e dos jovens oriundos dos assentamentos da reforma agrária da região onde a escola encontra-se localizada. A partir do contato e da observação da vida desses discentes passei a analisar o funcionamento das escolas rurais do município de Pedras de Fogo – PB., e logo constatei que nas muitas comunidades rurais ali existentes, são poucas as escolas que ofertam os Ensinos Fundamental I e II integrados e apenas uma escola que oferta o Ensino Médio, funcionando através de um sistema de parceria com o Governo do Estado.

Constatei também que na maioria dessas escolas ainda eram utilizadas metodologias que não agregavam valores ao homem e à mulher do campo. São práticas pedagógicas sem vinculação com o meio rural, constituindo-se em reproduções daquilo que é repassado nas escolas urbanas, não respeitando as exigências determinadas pelo órgão máximo que regulamenta o Ensino Básico no Brasil – o Ministério da Educação – que orienta para a utilização dos elementos locais como instrumento facilitador do processo de ensino-aprendizagem, a fim de contribuir para que as práticas pedagógicas e o currículo escolar também estimulem esse segmento popular para o exercício pleno da cidadania, tendo acesso aos mesmos direitos constitucionais dos quais as comunidades urbanas desfrutam.

Convém ressaltar que a questão primordial não é a de oferecer uma educação contextualizada apenas para “segurar” o jovem camponês no campo, mas que

esse processo represente a garantia dos direitos que os camponeses têm de receber uma educação de qualidade pautada principalmente na sua própria realidade, onde eles também possam se enxergar como cidadãos com potencialidades de fomentar o desenvolvimento social, econômico e cultural em suas respectivas comunidades rurais.

A escolha dessa escola não foi aleatória, pois, das sete escolas situadas em áreas de assentamentos rurais em Pedras de Fogo, essa foi a única criada por reivindicação direta dos assentados. Trata-se de uma luta encabeçada pelos que compreendiam que o acesso à escola no próprio assentamento se constituía num direito legal para seus filhos.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica. In: MARAFON, G. J; RUA, J; RIBEIRO, M. A. (Orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

ALVES, G. L. (Org.). **Educação no Campo: recortes no tempo e no espaço**. Campinas: Autores Associados, 2009.

ALMEIDA, L. P. de; PINGAS, M. R; PINTO, P. E; KNIJNIK, G. Discutindo a cultura camponesa no processo de ensino-aprendizagem em três escolas do sul do Brasil. In: MACHADO, C. L. B; CAMPOS, C. S. S; PALUDO, C. (Orgs.). **Teoria e prática da educação do campo: análises de experiências**. Brasília: MDA, 2008.

ARROYO, M. G; CALDART, R. S; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

AZEVEDO, Márcio Adriano de. Política de Educação do Campo: concepções, processos e desafios. In: NETO, A. C; CASTRO, A. M. D. A; FRANÇA, M; QUEIROZ, M. A. de (Org.). **Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais**. Brasília: Líber Livro, 2007.

BATISTA, M. S. X. Os movimentos sociais e as lutas por educação. In: CALADO, A. J. F. (Org.). **Movimentos Sociais, Estado e Educação no Nordeste**. João Pessoa: Idéia, 1996.

BAPTISTA, F. M. C. **Educação Rural: das experiências a política pública/NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Brasília: Editorial Abaré, 2003.

BRASIL. CADERNOS SECAD/MEC. **Educação do Campo**: diferenças mudando paradigmas. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), 2007.

BRASIL. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL** - LDB: Lei nº 9.394/1996 – 2. ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO MDA/PRONERA. **Manual de Operações**. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 282, de 26 de abril de 2004.

BRASIL. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: GEOGRAFIA** – Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo. In. SANTOS, C. A. dos. **Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação**. Brasília: INCRA; MDA, 2008, p. 67-86. (NEAD Especial; 10).

CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA M. C. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010. p. 103-126 (Série NEAD Debate; 20)